



SUCANZEIROS

PEC 101 é aprovada na CCJ, mas luta continua

Página 3

ARTIGO

A implosão da reforma administrativa

Página 4

NÃO VOLTA...

Mobilização impede votação da PEC 32/20

Página 2



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso

ANO XIV - Nº 166  
Cuiabá - Outubro de 2021

# O compromisso

Acesse: [www.sindsepmat.org.br](http://www.sindsepmat.org.br)



APÓS 3 ANOS

## Vai começar o XIII Congresso

Instância deliberativa máxima do Sindsep-MT terá vasta programação, com debates sobre atual conjuntura e as PECs 32 e 101, entre outros.

Com cerca de 150 delegados eleitos e vários convidados, será realizado entre os dias 2 a 5 de novembro no auditório do Hotel Mato Grosso Águas Quentes, o XIII Congresso do Sindsep-MT. A abertura do evento será às 18 horas pelo presidente Carlos Alberto de Almeida. Logo após serão eleitas pelos participantes do Consindsep, as Mesas Diretoras para dar continuidade aos trabalhos, conforme a programação. Para o dia 6, sábado, ficou reservado para a Assembleia Geral Extraordinária com início previsto para 8 horas. O último congresso foi realizado em agosto de 2018.

Com o tema "Para defender a democracia é preciso defender os direitos do povo", a instância deliberativa máxima do Sindsep-MT discutirá amplamente a conjuntura internacional, nacional e estadual, suas implicações nas condições de vida dos trabalhadores em geral, em particular os trabalhadores do serviço público



Carlos Alberto: "Vai ser muito bom"

federal do Estado de Mato Grosso e deliberar posições sobre planos de lutas e pauta de reivindicações dos trabalhadores. Também será discutido e deliberado amplamente a reforma estatutária proposta.

**Programação** - Na quarta-feira, 3, pela manhã, os convidados Antônio Augusto de Queiroz (Diap), Henrique Lopes, presidente da CUT-MT e Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef farão análise da atual conjuntura (Estadual, Nacional e Internacional).

Logo após o almoço, a PEC 32/20 será amplamente debatida por Max Leno (Dieese), Ademar Rodrigues de Souza (Presidente do Sintsep-GO), Pedro Armengol (CUT/Nacional) e Marcos Rogério (Assessor Parlamentar da Câmara dos Deputados). Como se sabe, a reforma administrativa é a bola da vez do ministro Paulo Guedes que condicionou o pagamento do

Auxílio Brasil de 400 reais até o fim de 2022 a aprovação da chamada "PEC das Rachadinhas". O presidente da Câmara Arthur Lira encontra dificuldades para colocar em votação, uma vez que não possui votos suficientes para aprovar (e agradecer os mais ricos), graças à mobilização implacável de

servidores que não aceitam mais um retrocesso.

O dia de debates termina com Abson

Praxedes (Sindsef-RO) que comentará sobre a PEC 101/19, de autoria do deputado Mauro Nazif (PSD-RO), que foi recentemente aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados e que segue agora na comissão especial. Abson é reconhecidamente um defensor da PEC que concede plano de saúde para os servidores admitidos até 31 de dezembro de 1988, que utilizaram o DDT e outros inseticidas.

Já na quinta-feira, 4, o dia será dedicado para apresentação, discussão e deliberação da tese proposta pela direção do

Sindsep-MT; apresentação, discussão e deliberação sobre balanço do movimento; organização sindical; pauta de reivindicação; plano de lutas e prestação de contas.

No último dia do Congresso, sexta-feira, 5, haverá apresentação, discussão e deliberação quanto as propostas apresentadas à Diretoria Executiva, para Reforma Estatutária. Logo após se dará o encerramento.

**O local** - Com a pandemia parcialmente controlada, graças à ciência e apesar do negacionismo do presidente Bolsonaro, a confirmação de 150 pessoas entre delegados e convidados não foi uma tarefa fácil

pois muitos se encontram trabalhando em casa. O Hotel Mato Grosso Águas Quentes tem um diferencial que é um lugar localizado na serra de São Vicente, área de mata e águas termais. O salão é bem ventilado e estão sendo tomadas todas as medidas de biossegurança pela equipe do sindicato. Sobre o tema do congresso, Carlos Alberto acredita que ficou bem apropriado pois reflete bem a conjuntura atual pelo qual estamos passando com a democracia sofrendo ataques e direitos dos trabalhadores sendo retirados.

Com relação aos convidados, o presidente do Sindsep-MT disse que "todos são gabaritados e os debates serão de alto nível pois vamos vivenciar com pessoas que se preocupam com os trabalhadores. Estarão com a gente representantes do Dieese e do Diap, duas instituições sérias que trabalham junto com as entidades sindicais, fornecendo subsídios para um bom combate, principalmente quando se trata de retirada de direitos dos trabalhadores. Acredito que todos os participantes vão ganhar experiência, vai ser muito bom", acrescenta. Além de Antônio Augusto de Queiroz e Max Leno, confirmaram presenças Sérgio Ronaldo, Pedro Armengol, Ademar Rodrigues, Henrique Lopes, Marcos Rogério e Abson Praxedes. Foram convidados deputados federais, estaduais, vereadores e dirigentes sindicais.

“SE VOTAR, NÃO VOLTA”

# Mobilização de servidores impede votação da PEC 32

Dança das cadeiras, compra de votos. Presidente da Câmara Arthur Lira esforça em se manter vassalo de Jair Bolsonaro e quer aprovação de qualquer jeito

**E**ra para ir em primeira votação no dia 18 deste mês, após passar pela comissão especial. Pelo menos essa era a expectativa dos envolvidos no debate sobre a PEC 32, mais conhecida como a “PEC das rachadinhas”, principalmente pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (DEM-BA) que executou uma verdadeira dança das cadeiras para que o substitutivo do relator, Arthur Maia (DEM-BA), fosse aprovado.

Até o fechamento desta edição, não havia sinal de votação, apenas denúncias de que Lira tentava convencer os indecisos. Ao substituir deputados contrários à PEC na comissão, de partidos do centrão que se recusavam a deixar o texto passar sem a inclusão de juizes e procuradores, os que mais oneram os cofres públicos, segundos analistas, “ele deu um tiro no pé”. Com isso fortaleceu a aliança de centro-esquerda. Oito partidos se uniram contra a reforma: PT, PDT, PSB, PSOL, PCdo B, Rede, Solidariedade e PV.

A base do governo rachou, principalmente a bancada da bala e Lira não quer correr o risco de perder o apoio do pessoal da segurança pública. Ainda segundo observadores, será importante observar de perto os passos do presidente da Câmara. “Nesses casos, a praxe é ir pautando aos poucos, matérias de in-

teresse com semelhante temática, para ter a certeza de aproximadamente 340 votos, 32 a mais necessários para aprovação”.

**Compra de votos** - Na entrada do Anexo 2 da Câmara dos Deputados, onde se concentra as comissões, manifestantes contrários à PEC 32 lançaram “notas” de 200 “laranjitos”, com imagens em referência a Jair Bolsonaro, ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). As “notas” foram utilizadas em uma ação de denúncia, realizada por servidores públicos municipais, estaduais e federais de diversos estados.

Eles imputaram a tentativa do governo de comprar votos para aprovar a reforma Administrativa. R\$ 20 milhões em emendas seria o valor prometido a cada deputado que votar a favor da proposta, que acaba com os serviços públicos no Brasil. No verso da “cédula” tinha um aviso: “Atenção, esta cédula só serve para comprar votos de maus deputados na PEC 32, da reforma administrativa”.

**Auxílio Brasil** - No último domingo, 25, em uma ação desesperada pois teme que a PEC 32 seja rejeitada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a reforma administrativa poderia compensar parte da conta de R\$ 30 bilhões que o governo precisou articular para acomodar o Auxílio Brasil no valor de R\$ 400 até o fim de 2022. Segundo Guedes, com uma economia de R\$ 300 bilhões prevista no acumulado da próxima década a partir da aprovação da reforma, “não teria problema” em conceder o auxílio para os

Foto: Mário Hashimoto



Aeroporto JK: corredor formado para abordar principalmente deputados de outros estados

vulneráveis neste momento. Enquanto isso o Brasil vai ladeira abaixo, com inflação em alta, desemprego “nas alturas”, consequentemente grande parte da população passando fome, coisa que anos atrás havia sido superado.

A continuar este cenário sombrio, até o fim do ano, especialistas econômicos apontam que Guedes será demitido ou “pedirá o chapéu”, como já fez parte de seus principais assessores que não aceitam quebrar o teto dos gastos.

**“Se votar, não volta”** - A forte mobilização dos servidores nas redes sociais, nos estados e em Brasília vem impedindo a votação, apesar da tentativa de compra de votos e para desespero de Paulo Guedes e Jair Bolsonaro. É justamente essa mobilização um dos principais fatores que tem causado dificulda-

des ao governo. Essa mobilização precisa continuar até que a PEC 32 esteja enterrada. E é exatamente isso que o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida preconiza. “Os servidores federais têm consciência do nosso trabalho, da luta contra essa reforma administrativa que visa somente acabar com o serviço público, principalmente aqueles essenciais à população carente que é a educação e saúde e ainda favorece o apadrinhamento político. Isso pode ser constatado em nosso site e na nossa página do Facebook. Foram duas semanas de intensa manifestação em Brasília, quer no aeroporto internacional JK, quer no Anexo 2 e pretendemos retornar assim que terminar o nosso XIII Congresso, onde por sinal, o debate central será essa infelizmente Proposta de Emenda à Constituição”, disse Carlos.

## CONAB

# Reajuste em cláusulas econômicas travam acordo coletivo

A empresa alega que estaria impedida de promover reajuste devido à Lei Complementar 173/2020. Ela ofertou 20% do INPC, o que representaria irrisórios 0,6568%

**A**s tentativas de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos trabalhadores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) continuam sem avançar depois de mais de dois anos de impasse devido a falta de respeito por parte do governo Bolsonaro. Já no 26º Termo de Prorrogação, o ACT da Companhia segue em mediação no TST.

O impasse se prolonga devido à ausência de reajuste em cláusulas econômicas. As entidades reivindicavam 3,43%, enquanto a empresa ofertou 20% do INPC, o que representaria irrisórios 0,6568% do total acumulado do período

(3,2840%). A Conab argumenta que estaria impedida de promover reajuste devido à Lei Complementar 173/2020 e artigo 912 da CLT. No entanto, houve casos recentes de concessão de reajustes para trabalhadores de outras empresas públicas.

No último mês de abril, o Ministério da Economia editou uma portaria que alterou as regras para a aplicação do limite remuneratório do presidente Jair Bolsonaro, do vice-presidente Hamilton Mourão, e de ministros. Com a portaria, o presidente passou a receber R\$ 30,9 mil de salário e mais R\$ 10,7 mil em outros benefícios, totalizando R\$ 41,6 mil. Já a remuneração de Mourão passou de R\$ 39,3 mil

para R\$ 63,5 mil.

Já os militares tiveram reajustes substanciais. Em 20 anos, os reajustes com militares vão custar R\$ 217,66 bilhões ao governo.

**Planos de Saúde** - Bolsonaro também tentou acabar com os planos de saúde dos trabalhadores das estatais e seus dependentes, incluindo aí a Conab. A tentativa ocorreu por meio da resolução 23/2018. Mas, no início de setembro, o Senado aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 342/2021, suspendendo os efeitos da Resolução.

Com base na Resolução, a Conab ale-

gava a impossibilidade de manutenção do Serviço de Assistência à Saúde (SAS) de seus trabalhadores e dependentes. Mas a Resolução tornou-se sem efeito em razão do Decreto. Desta forma, as entidades pedem a manutenção das negociações do SAS.

Bolsonaro também tentou acabar com os planos de saúde dos trabalhadores das estatais e seus dependentes, incluindo aí a Conab. A tentativa ocorreu por meio da resolução 23/2018. Mas, no início de setembro, o Senado aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 342/2021, suspendendo os efeitos da Resolução. (FONTE: SINDSEP-PE)

## Expediente

# o compromisso

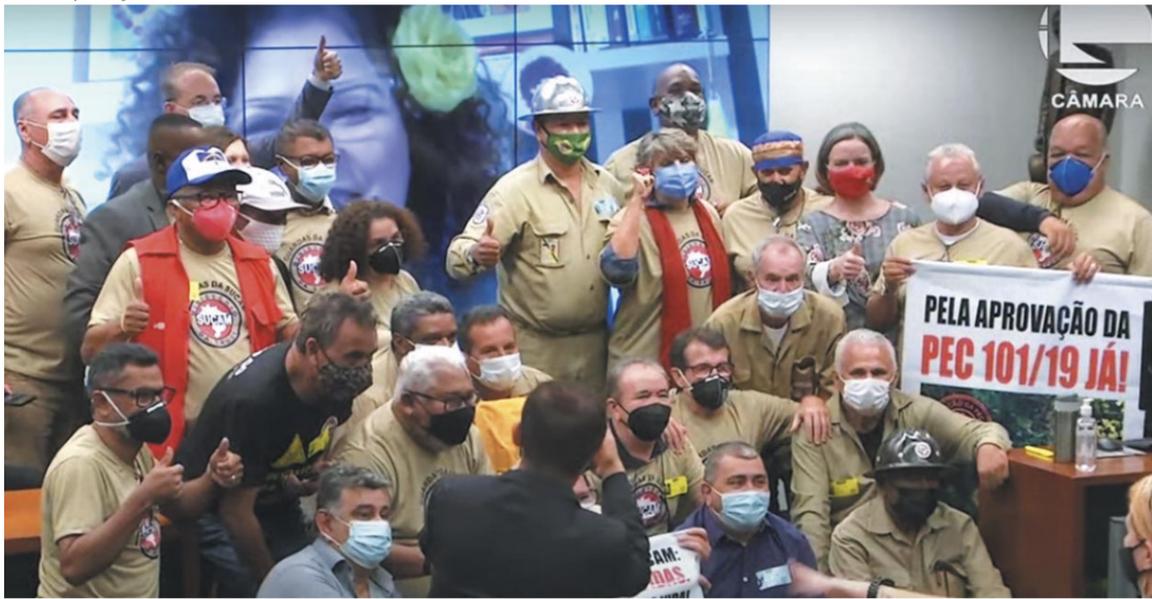
Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poço. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT  
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmto.org.br  
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT  
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br  
Editoração eletrônica: Oficina A-104

## DIRETORIA EXECUTIVA TRIÊNIO 2019/2022

**Presidente:** Carlos Alberto de Almeida; **Vice-Presidente:** Elias Belisário de Araújo; **Secretaria Geral:** Fernando Pivetta; **Adj. Secretaria Geral:** Damásio de Souza Pereira; **Secretaria de Finanças:** Gildásio Ferreira Gomes; **Adj. Secretaria de Finanças:** Luciano Marcio Gaziani; **Secretaria de Administração:** Enildo Gomes; **Adj. Secretaria de Administração:** Nelsa Fortunato Ojeda; **Secretaria para Assuntos Jurídicos:** Maurício Alves Rattacaso Júnior; **Adj. Secretaria para Assuntos Jurídicos:** Edilson César Cunha; **Secretaria de Formação e Política Sindical:** José Olímpio da Silva Neto; **Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical:** Cícero José da Silva; **Secretaria do Interior:** Benedito Assis da Silva; **Adj. Secretaria do Interior:** Albir Alves de Brito; **Secretaria de Imprensa e Comunicação:** Gilmar Campos Soeiro; **Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação:** Celso Alfredo Simon; **Secretaria de Aposentados e Pensionistas:** Izael Santana da Silva; **Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas:** Conceição Corrêa Costa Itacaraby; **Secretaria da Saúde do Trabalhador:** João de Deus da Silva Filho; **Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador:** Aderbal Castro Queiroz; **Secretaria dos Anistiados e Demitidos:** Joacira Santana Rodrigues de Almeida; **Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos:** Selmo Jacinto de Oliveira; **Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia:** Manoel Martins; **Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia:** Idvaldo Bernardes de Oliveira; **Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas:** Jilson Ruan do Nascimento; **Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas:** Sandra Cristina Ribeiro; **Suplentes de Direção:** I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Sergio Balbino Ferreira; IV - Zózimo Matias de Amorim; V - Neuzia Divina de Jesus; VI - Jacira Weis. **Conselho Fiscal - Membros Efetivos:** I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinéia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; **Suplentes do Conselho Fiscal:** I - Geovano Santos Moreira; II - Ademir Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

Foto: Reprodução



Trabalhadores da Saúde acompanharam de perto a votação da PEC 101. Logo após o resultado, foto memorável

## SUCANZEIROS

# PEC 101/19 é aprovada na CCJ, mas luta continua

Até chegar no plenário da Câmara para votação, caminho a ser percorrido é grande

**F**inalmente, após anos de luta, os funcionários da extinta Sucam puderam ter esperança de conseguir ajuda do governo federal para tratamento àqueles que foram contaminados por Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) e outros inseticidas no exercício das atividades profissionais. A PEC 101/19, de autoria do deputado Mauro Nazif (PSB-RO), que beneficia servidores admitidos até 31 de dezembro de 1988 foi aprovada na CCJ da Câmara Federal e segue para tramitação na comissão especial.

“Tivemos uma grande vitória hoje na CCJ, e essa vitória veio de Rondônia, dos Sucaszeiros e do SINDSEF, no nome do Abson Praxedes e do Almir José Silva, que construíram este momento. E reforço aqui que a União tem o dever de conceder o benefício do plano de saúde a estes trabalhadores, para que possam viver suas vidas de forma digna, após terem realizado uma importante missão na saúde e proteção do povo brasileiro”, disse Nazif em sua rede social.

Vale ressaltar também a participação do Sindsep-MT que não mediu esforços nesta luta, realizando audiências públicas (duas com participação maciça de sucaszeiros em Sinop e Cuiabá), e apoiando manifestações na capital federal e interior do estado. “A aprovação da PEC é fruto de um trabalho sério entre as entidades (Condsef/Fenadsef e sindicatos) com a participação da Comissão Nacional Vítimas do DDT, conduzida pelo servidor Joel Vieira Barbosa, de Rondonópolis,” acrescentou o presidente Carlos Alberto de Almeida.

Para a aprovação da admissibilidade, a relatora da matéria na CCJ, deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), retirou da proposta item estendia o benefício ao cônjuge e aos dependentes naturais do servidor enquanto vivo. Mas a deputada disse que pretende retomar essa parte do texto quanto a PEC for analisada pela comissão especial.

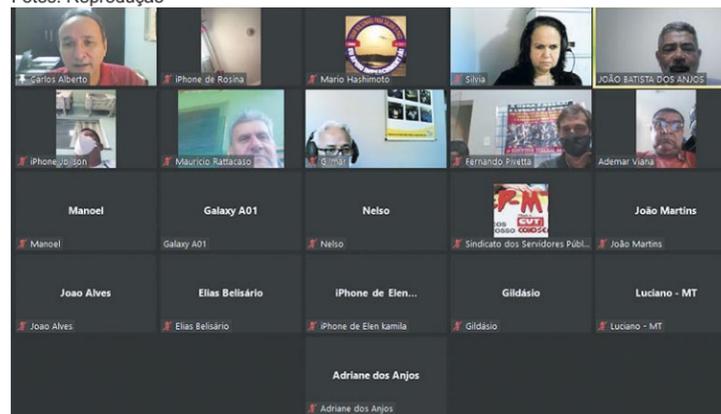
**Entenda a Comissão Especial** – Segundo publicação do Ministério Público do Paraná, em seu site, após a PEC ser aprovada na CCJ, o presidente da Câmara cria uma Comissão Especial para o chamado exame de mérito, ou seja, a análise de seu conteúdo, que tem prazo de 40 sessões ordinárias para analisar o texto. A Comissão Especial tem um presidente e três vice-presidentes, eleitos por seus pares. Entre as atribuições de uma Comissão Especial está a de

analisar uma proposta de emenda à Constituição. Nas dez primeiras sessões, os deputados têm a oportunidade de apresentar emendas ao projeto do governo apenas se tiverem apoio de pelo menos um terço da composição da Câmara (171 deputados) por emenda apresentada. O parecer da Comissão Especial será apenas uma sugestão, uma indicação para orientar a decisão do Plenário da Câmara. Por isso, a aprovação do parecer do relator na Comissão Especial não exige o chamado quórum qualificado de três quintos obrigatórios para a votação, no Plenário, de qualquer emenda à Constituição. Na Comissão Especial, bastará que a proposta tenha a aprovação da maioria dos votos dos presentes. Mas atenção: para ser votado o parecer da Comissão Especial, será exigida a presença da maioria dos integrantes da comissão. O relator faz, então, um parecer, que pode ser de aprovação total, rejeição total ou parcial, emendas pontuais e substitutivo. Se aceito, diz-se que a admissibilidade foi aprovada e, então, nomeia-se um relator.

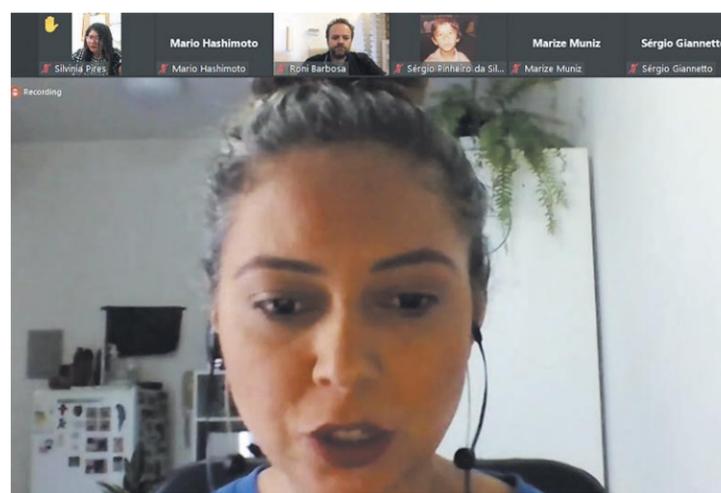
**Plenário da Câmara** - Aprovada na comissão, a PEC está pronta para votação em plenário. Entretanto, há algumas regras a serem seguidas. É necessária a aprovação em dois turnos, com espaço de pelo menos cinco sessões entre um turno e outro. Esse prazo é chamado de interstício. Para ser aprovada, a proposta deverá obter os votos de três quintos, no mínimo, do número total de deputados da Câmara em cada turno da votação. Ou seja, aprovação de 308 dos 513 deputados. A esse quórum que aprovar emendas à Constituição, dá-se o nome de quórum qualificado. Após a aprovação da proposta em segundo turno, ela deverá também voltar à Comissão Especial para a redação final do que foi aprovado. Se for o caso, poderão ser propostas emendas de redação. A votação da redação final pelo Plenário deverá ocorrer após o prazo de duas sessões, contado a partir de sua publicação ou distribuição em avulsos.

**Gratidão** - Como se pode notar, o caminho é demorado e pode sofrer intempéries. A única certeza que nós temos é que o Sindsep-MT e demais entidades continuarão lutando por uma vida digna aos servidores que hoje brigam para sobreviver após dedicar seu trabalho a salvar vidas de milhões de brasileiros. A eles, o nosso respeito e gratidão!

Fotos: Reprodução



No dia 8 deste mês foi realizada reunião com a diretoria executiva para tratar de assuntos diversos e a formatação do XIII Congresso. Também o presidente Carlos Alberto fez uma análise de conjuntura com relação ao governo Bolsonaro e principalmente sobre a PEC 32, que como as outras reformas, retira direitos dos cidadãos.



Através da plataforma Zoom, foi realizado no dia 13, a reunião do Coletivo Nacional de Comunicação da CUT Brasil conduzido por Roni Barbosa, Secretário de Comunicação da CUT. Foi bem elogiada a mobilização das centrais e sindicatos no aeroporto internacional JK e no Anexo 2 da Câmara, onde acontece as reuniões das comissões. Já o professor Paulo Sérgio comentou sobre o podcast (programa de áudio sob demanda). Pela Condsef/Fenadsef, a jornalista Graziela Almeida (foto acima) falou sobre a dificuldade de manter a periodicidade do podcast mas considerou importante ferramenta de divulgação. Sobre o Twitter, disse que aconselharia as entidades a ter pois dá mais dinâmica e fácil de marcar as pessoas e é onde se encontra a maioria dos políticos.

Fotos: Mário Hashimoto



Aposentados e pensionistas compareceram na sede do sindicato para assembleia no dia 15, na parte da manhã. A pauta principal foi escolha dos delegados para o XIII Congresso. Na ocasião, o secretário de aposentados e pensionistas, Izael Santana da Silva, falou da importância da participação dos servidores, ativos ou não, nas assembleias do Sindsep-MT, assim como a filiação de servidores, pois “se está difícil com ele (sindicato), mais difícil fica sem um representante para lutar pelos nossos direitos. E isso o Sindsep faz bem!”



ARTIGO

# A IMPLOÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA

A população brasileira necessita de um setor público forte, bem estruturado e moderno para fornecer o apoio por meio das políticas públicas em andamento

LUCENA PACHECO\*

**N**a tentativa desesperada de mudar o setor público a qualquer custo, o governo implodiu sua própria reforma administrativa. Com quase um ano de discussão, as incoerências da proposta ficaram evidentes para parlamentares, servidores e população. A ideia do ministro da Economia, Paulo Guedes, que ao fim e ao cabo desestrutura o setor público e o torna dependente de empresas e contratos temporários, não vingou e nem pode vingar.

Anunciado como um avanço para o setor público que traria economia aos cofres e colocaria fim aos privilégios, o texto da PEC 32 faz justamente o contrário. Acaba com pilares do serviço público, concede privilégios para a base de apoio do presidente da República e não promove economia que justifique tal desestruturação.

O caráter negativo da proposta ficou evidente nos últimos meses após sete relatórios serem protocolados, sendo o último adicionado no sistema minutos antes da votação na comissão especial. Com a eminente derrota, o governo partiu para o desespero e ignorou de maneira solene o regimento interno da Câmara dos Deputados para aprovar o texto.

A manobra final na comissão especial da reforma administrativa foi fatal,

tanto para o governo quanto para a população. O texto é tão ruim que é rejeitado até por parlamentares reformistas. O ímpeto do governo pode entregar de forma generalizada o setor público para empresas privadas, enfraquecer as carreiras com a diminuição da independência e reduzir as travas anticorrupção, as alterações favorecem apenas criminosos que miram o setor público.

É inegável que o comando dos órgãos públicos por empresas, liberado pelo artigo 37-A do texto-base, terá repercussão negativa na prestação do serviço, basta olhar os mais variados exemplos em todo país. Toda e qualquer empresa que assuma a administração dos órgãos terá como foco o lucro, ignorando o papel do Estado atribuído pela Constituição.

Com esta malfadada discussão de reforma administrativa, o Brasil perde tempo e oportunidade de promover o aprimoramento do serviço público, com reforço do atendimento à população e fortalecimento dos órgãos para garantir a prestação efetiva das políticas públicas.

A população brasileira necessita de um setor público forte, bem estruturado e moderno para fornecer o apoio por meio das políticas públicas em andamento. Ao discutir uma reforma administrativa, o Congresso deveria se pautar por temas que ampliem o atendimento à sociedade e deem respaldo social durante a crise, questões que não foram abordadas.

O serviço público precisa de desburocratização em todos os setores, com integração, digitalização e segurança, atendendo toda a população, sem exceção de classe social, de forma mais ágil, eficiente, acessível e integral.

Adotar medidas efetivas para reduzir índices como o de insegurança ali-

mentar, que atinge 125 milhões de brasileiros, é mais urgente e importante que uma reforma administrativa que privilegia políticos, enfraquece o serviço público e deixa servidores vulneráveis. Mexer no servidor público de forma tão invasiva e desestruturante vai impactar a vida de milhões de brasileiros que de-

pendem diretamente do suporte do estado nos mais variados órgãos.

\* LUCENA PACHECO É DIRETORA DO MOVIMENTO A SERVIÇO DO BRASIL E COORDENADORA NA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (FENAJUFE)

A Reforma Administrativa faz mal ao Brasil



**Colega:**  
A reforma administrativa vai atingir você. É hora de lutar!

O governo está mentindo quando diz que a PEC 32/2020, da reforma administrativa, não vai atingir os atuais servidores e vai "respeitar direitos adquiridos". Não caia nesse conto do vigário! É balela do Paulo Guedes para tentar nos enganar. O que eles querem é liquidar com os nossos direitos e os serviços públicos federais, estaduais e municipais.

**O governo fala que a estabilidade está garantida: MENTIRA!**

O governo já anunciou que após aprovar a PEC 32, quer regulamentar a avaliação de desempenho para poder demitir com mais facilidade os atuais servidores. É um jogo casado. De um lado, o governo quer acabar com o concurso público e colocar em cargos de chefia apadrinhados indicados por cabos eleitorais e parlamentares dos governos de plantão. De outro, são esses mesmos apadrinhados que farão as avaliações para dar um cala boca nos concursados e... demitir quem não baixar a cabeça.

**Você está aposentado, a reforma não vai te pegar: MENTIRA!**

A proposta do governo busca reduzir salários e vínculos dos novos servidores. Com isso, quem ainda tem direito à paridade e integralidade perderá qualquer referência com os da ativa e poderá ter o seu salário congelado até o final da vida. Por isso a PEC 32 atinge até os atuais aposentados e pensionistas. Os baixos salários dos futuros servidores também irão impactar os que atualmente já estão na ativa, pois serão um quadro em extinção condenados a um congelamento sem fim.

**A reforma vai melhorar os serviços públicos: MENTIRA!**

APEC 32 acaba com o concurso e a estabilidade dos servidores e transforma o que deve ser direito da população, como a saúde, a educação, a segurança, a justiça, a assistência social, num grande cabide de empregos, de terceirização e de rouba-lheira como nos inúmeros casos de desvio de dinheiro público protagonizados pelas OSs (Organizações Sociais). Além disso, a proposta de Guedes de substituir o acesso ao SUS por um "voucher" vai fazer proliferar mais ainda todo tipo de plano de saúde picareta que dão direito a um exame e uma aspirina.



NOME	DIA	NOME	DIA	NOME	DIA
ADAIRZA DOS SANTOS M. FIGUEIREDO	01	DILSON NICHELE DOS SANTOS	10	LAURINDO FERNANDES DA SILVA	17
ADRIANA FERREIRA DOS SANTOS	02	DINIZ ALMEIDA DE BELEM	10	LAURO LUIS DA FONSECA	03
AGOSTINHO DA CONCEICAO	13	DIVA RODRIGUES PINTO	20	LUCILDO GRIEP KIESSLER	19
ALAIDE DE FATIMA CARDOSO	25	EDMILSON LOURENCO MAXIMO	01	LUIZ CARLOS NERES DE OLIVEIRA	01
ALBERTO ALVES LOPES	23	EDMIRIAM DE MENDONÇA ARRUDA	08	MARA RUBIA ENORE	24
ALBERTO CARLOS DE S. WONSOSCKY	20	ELIANE DE ARAUJO V. CASTELHAND	20	MARCOS DE DEUS DA SILVA	30
ALUISIO DIAS DA COSTA	02	ELIANE PEREIRA DE J. C. DA SILVA	23	MARIA ALICE CAMPOS MENSCH	20
AMENAIDES BASTOS GUIMARAES	20	ELIAS DA CUNHA ARAUJO	10	MARIA CARMEM MARQUES	16
ANAIDE MARIA DA SILVA NUNES	02	ENILDO GOMES	15	MARIA DAS GRACAS OLIVEIRA BRAGA	20
ANANCY GUIA DE ASSUNCAO	01	FELICIANO VALUZ DA COSTA	19	MARIA PAULA DA SILVA GUIMARÃES	09
ANDRE RUFINO DA SILVA	30	FRANCISCO VALDERINO CORREA	25	MARIA SOARES SATO	01
ANTONIO GOMES MACEDO	23	GILMAR JOSÉ BAÚ	27	MARIA ZILENE DE SOUZA FORTALEZA	25
ARIANA MARIA DE CAMPOS	07	HELENA DA SILVA SIQUEIRA	24	MARLENE STRAPASSON DE C. BOECHAT	12
ATHAIDE BASTOS GUIMARAES	28	HELIETE PEREIRA DE OLIVEIRA	29	MARLIZE DE ABREU SILVA	21
AURO CUSTODIO DA SILVA	21	IOLANDA FERREIRA DE LIMA	22	MARTA SIMONE BOTELHO FEIJO	01
BENEDITA VANDINEIA DE OLIVEIRA	18	ISISLENE DE ARRUDA TEIXEIRA	27	MAURO DE ALMEIDA	22
BENEDITO EIDE FERRAZ	29	IVNA MONTEIRO ANTUNES	11	MIRTES GOMES DA SILVA	01
BENEDITO GERMANO KANAYZOKIESE	20	IZABEL VANIR DA SILVA	04	MOACIL GALDINO DELGADO	23
CARIVALDO GUALBERTO PEREIRA	10	IZANOEL DOS SANTOS SODRE	01	NELSO FORTUNATO OJEDA	20
CECILIA JOSEFINA DOS SANTOS	28	JANDUY VINICIUS DE SOUZA	24	NEUSA DIVINA DE JESUS	10
CLAUDIO FLORENCIO DA SILVA	30	JOAO FRANCISCO DOURADO	18	NICANOR CANDIDO DE RESENDE	02
DELVANIR DE LISBOA	06	JOAO SANTANA DE CAMPOS	01	NILCE SOARES CUIABANO	06
DENISE MARIA DA SILVA	29	JOAQUIM SANTANA DE CAMPOS	22	NILSON SANTOS DE MORAES	01
DEYSE PEDROSO DA SILVA	06	JORGE IVAR VANNI	10	OSVALDO LEMOS DE ALMEIDA	01
		JOSE ANTONIO DA SILVA	08	ROSALINA MARIA DE JESUS MARTINS	21
		JOSE CARLOS DE CAMPOS FILHO	15	RUTY EMIKO MURATA	21
		JOSE JULIO PEREIRA	16	SEBASTIAO LEITE DIONIZIO	11
		JOSE NERY VIEIRA FERRAZ	03	TERESINHA DE JESUS DOS SANTOS	13
		JOSE RICARDO BENTO DE ARAUJO	08	VALDEMIRA NUNES DA SILVA	10
		JOSE ROSSI	16	WANESSA PEDROSO DE BARROS	28
		JOSE TORRES DA MASCENA	16		